

DESAFIOS DA ATUAÇÃO FEMININA EM ARQUITETURA SOCIAL (SESSÃO TEMÁTICA 12)

Sheila Jesus de Matos Souza

Coletivo Panã Arquitetura Social | contato.sheilamatos@gmail.com

Ludmila de Araujo Correia

Coletivo Panã Arquitetura Social | ludmila.correia@gmail.com

Jhennyfer Loyane Gama Pires

Coletivo Panã Arquitetura Social | gpires.jl@gmail.com

Sessão Temática 12: Assessoria Técnica Territorial e Extensão Universitária

Resumo: A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), garantida pela Lei nº 11.888/2008, desempenha papel crucial na redução do déficit habitacional e na promoção do direito à cidade. Contudo, OSCs, como o Coletivo Panã Arquitetura Social, enfrentam desafios que vão além da precarização das atividades: suas integrantes, majoritariamente mulheres, conciliam trabalho remunerado, demandas familiares e longos deslocamentos, agravando quadros de sobrecarga e problemas de saúde mental. Este artigo discute como essas barreiras afetam o impacto das OSCs em ATHIS e defende a necessidade de políticas públicas para a remuneração justa dessas iniciativas. Tais políticas não só fortaleceriam essas organizações como potencializariam os benefícios econômicos e sociais associados à arquitetura social.

Palavras-chave: urbanismo feminista; ATHIS; economia do cuidado; desigualdades de gênero; justiça social.

CHALLENGES OF WOMEN'S ROLE IN SOCIAL ARCHITECTURE

Abstract: *Technical Assistance in Social Interest Housing (ATHIS), guaranteed by Law No. 11,888/2008, plays a crucial role in reducing the housing deficit and promoting the right to the city. However, civil society organizations (CSOs), such as the Panã Social Architecture Collective, face challenges that extend beyond the precariousness of their activities: their members, predominantly women, balance paid work, family demands, and long commutes, exacerbating issues of overload and mental health problems. This article discusses how these barriers impact the effectiveness of CSOs in ATHIS and advocates for public policies to ensure fair compensation for these initiatives. Such policies would not only strengthen these organizations but also amplify the economic and social benefits associated with social architecture.*

Keywords: *feminist urbanism; ATHIS; care economy; gender inequalities; social justice.*

DESAFÍOS DE LA ACTUACIÓN FEMENINA EN ARQUITECTURA SOCIAL

Resumen: *La Asistencia Técnica en Vivienda de Interés Social (ATHIS), garantizada por la Ley nº 11.888/2008, desempeña un papel crucial en la reducción del déficit habitacional y en la promoción del derecho a la ciudad. Sin embargo, las organizaciones de la sociedad civil (OSC), como el Colectivo Panã Arquitectura Social, enfrentan desafíos que van más allá de la precarización de sus actividades: sus integrantes, en su mayoría mujeres, concilian el trabajo remunerado, las demandas familiares y largos desplazamientos, lo que agrava los cuadros de sobrecarga y problemas de salud mental. Este artículo analiza cómo estas barreras afectan el impacto de las OSC en ATHIS y defiende la necesidad de políticas públicas que garanticen una remuneración justa para estas iniciativas. Tales políticas no solo fortalecerían estas organizaciones, sino que también potenciarían los beneficios económicos y sociales asociados a la arquitectura social.*

Palabras clave: *urbanismo feminista; ATHIS; economía del cuidado; desigualdades de género; justicia social.*

INTRODUÇÃO

A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), regulamentada pela Lei nº 11.888/2008, é uma política pública inovadora que visa garantir o direito à moradia digna para famílias de baixa renda no Brasil. Ao oferecer serviços técnicos gratuitos de arquitetura e urbanismo, a ATHIS busca não apenas mitigar o déficit habitacional, mas também promover a inclusão social e o direito à cidade. Contudo, sua implementação enfrenta desafios significativos, como lacunas na regulamentação, ausência de financiamento adequado e barreiras culturais e institucionais que dificultam sua efetividade.

Grande parte da execução de ATHIS no Brasil depende do trabalho de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que frequentemente enfrentam condições de precarização. Um exemplo emblemático é o Coletivo Panã Arquitetura Social, composto majoritariamente por mulheres que desenvolvem ações em territórios periféricos, aliando bioconstrução, mobilização comunitária e capacitação técnica. Apesar de seu impacto positivo, essas OSCs são marcadas pela falta de remuneração justa, pela sobrecarga emocional de suas integrantes e pelo enfrentamento ao machismo estrutural, tanto no setor técnico quanto nas comunidades atendidas.

Segundo Kern (2021), as cidades contemporâneas ainda refletem um desenho urbano que ignora as necessidades específicas das mulheres e outros grupos marginalizados. Essas desigualdades estruturais têm implicações diretas na implementação de ATHIS, já que as OSCs femininas enfrentam desafios adicionais para garantir que suas ações sejam reconhecidas e valorizadas. Além disso, Ribeiro de Souza *et al.* (2023) destacam que a feminização do trabalho voluntário agrava a sobrecarga das mulheres, exigindo políticas públicas que remunerem e sustentem suas contribuições.

Este artigo organiza a discussão em três eixos principais: a atuação do Coletivo Panã Arquitetura Social, os desafios específicos da atuação feminina em Arquitetura Social e os caminhos possíveis para consolidar políticas públicas a partir do urbanismo feminista. A partir de uma revisão bibliográfica abrangente e exemplos práticos, argumenta-se que a valorização financeira e social do trabalho em ATHIS é essencial para transformar as cidades em espaços mais inclusivos e equitativos (PREZ-POSADAS, 2024; ROITMAN *et al.*, 2023).

DESAFIOS DA ATUAÇÃO FEMININA EM ARQUITETURA SOCIAL

O campo da Arquitetura Social no Brasil é marcado por uma significativa presença feminina, refletindo uma tendência global de maior inserção das mulheres em profissões tradicionalmente associadas ao planejamento e ao cuidado com o espaço urbano. Contudo, essa presença não tem sido suficiente para eliminar as desigualdades de gênero que permeiam o setor. As mulheres que atuam em ATHIS enfrentam barreiras estruturais que vão desde a desvalorização de seu trabalho até a violência simbólica e institucional.

De acordo com Kern (2021), as cidades contemporâneas foram projetadas para atender padrões masculinos, negligenciando as experiências e demandas das mulheres. Essa invisibilidade histórica reflete uma estrutura patriarcal que molda não apenas o espaço urbano, mas também as práticas profissionais, impactando diretamente as mulheres em ATHIS. No caso do Coletivo Panã, essas desigualdades são agravadas pela falta de remuneração adequada, que força suas integrantes a equilibrar trabalho remunerado, responsabilidades familiares e atividades voluntárias. Essa jornada resulta em sobrecarga emocional e física, comprometendo tanto a qualidade de vida das profissionais quanto a continuidade das ações do coletivo.

O machismo estrutural presente no setor da construção civil também representa um desafio significativo. Como destacado por Fuck *et al.* (2023), as mulheres enfrentam preconceitos relacionados à sua capacidade técnica, especialmente em ambientes historicamente dominados por homens. Essa resistência é evidente em projetos técnicos, onde as mulheres frequentemente encontram dificuldades para ocupar posições de liderança e estabelecer sua autoridade. No contexto das comunidades atendidas, o machismo assume formas específicas, relacionadas às dinâmicas culturais e sociais locais. Larreche e Cobo (2021) destacam que, nos territórios periféricos, essas desigualdades são exacerbadas pela exclusão econômica e social, que reforça hierarquias patriarcais.

Outro desafio é a invisibilidade do trabalho das mulheres em ATHIS. Ribeiro de Souza *et al.* (2023) argumentam que a feminização do trabalho voluntário reflete a desvalorização histórica do trabalho reprodutivo, perpetuando desigualdades de gênero. Esse cenário se reflete na falta de reconhecimento financeiro e profissional, limitando as possibilidades de ascensão das mulheres em um campo que depende de sua atuação, mas raramente a valoriza. No caso do Panã, a ausência de políticas públicas que garantam remuneração justa e condições dignas de trabalho expõe as integrantes a um ciclo de precarização que compromete a sustentabilidade das ações.

Além disso, a dificuldade de acesso a serviços urbanos básicos, como transporte público seguro e equipamentos de cuidado infantil, agrava os desafios enfrentados pelas mulheres em ATHIS. Kern (2021) ressalta que a divisão sexual do trabalho cria desigualdades estruturais que impactam a mobilidade e o uso do espaço urbano pelas mulheres, tornando o trabalho voluntário ainda mais desafiador. Essa dinâmica perpetua a exclusão das mulheres de processos decisórios no planejamento urbano, reforçando modelos que ignoram suas demandas específicas.

Apesar das adversidades, as mulheres têm desempenhado um papel central na transformação dos territórios onde atuam. Freitas (2022) explora como as mulheres em territórios periféricos conciliam trabalho, cuidado e participação comunitária, construindo redes de solidariedade que desafiam as desigualdades estruturais. A experiência do Coletivo Panã exemplifica essa resiliência, demonstrando que, mesmo diante de barreiras significativas, as mulheres são agentes fundamentais de mudança social e urbana.

Por fim, a superação dos desafios enfrentados pelas mulheres em ATHIS depende de um compromisso político e institucional com a promoção da igualdade de gênero. Legarreta-Iza *et al.* (2024) argumentam que integrar perspectivas de gênero nos projetos comunitários é essencial para enfrentar dinâmicas de desigualdade. Isso inclui a criação de redes de apoio entre profissionais, programas educativos voltados para questões de gênero e ações afirmativas que incentivem a participação feminina em posições de liderança e decisão.

A ATUAÇÃO DO COLETIVO PANÃ ARQUITETURA SOCIAL

O Coletivo Panã Arquitetura Social é uma organização sem fins lucrativos dedicada à promoção da habitação digna e sustentável em comunidades vulneráveis. Fundado por mulheres com formações diversas em arquitetura, urbanismo e ciências sociais, o Panã adota uma abordagem interdisciplinar para enfrentar as múltiplas dimensões do déficit habitacional no Brasil. Sua atuação vai além da execução de projetos técnicos (figura 1), incluindo ações de mobilização comunitária, diagnósticos participativos, capacitação em bioconstrução e articulação com movimentos sociais e órgãos públicos.

Zaida Muxí Martínez (2022) destaca que coletivos como o Panã exemplificam como o urbanismo feminista pode integrar dimensões sociais, ambientais e de gênero, enfrentando a exclusão histórica de grupos marginalizados no planejamento urbano. Essa abordagem é essencial para reverter desigualdades estruturais e incluir perspectivas que valorizem o protagonismo comunitário, uma característica central na metodologia do Panã.

Leslie Kern (2021) aponta que as cidades projetadas segundo padrões masculinos frequentemente ignoram as demandas específicas de grupos marginalizados, especialmente mulheres. O Panã adota uma abordagem participativa que respeita às dinâmicas e necessidades locais, abordando não apenas questões habitacionais imediatas, mas também desafiando hierarquias de poder no planejamento urbano. Segundo Kern (2021, p. 45), a luta pelo espaço vai além das demandas físicas, incorporando debates sobre representatividade e acesso a recursos, elementos que o Panã busca integrar em seus projetos.

Uma das principais características do coletivo é o compromisso com a sustentabilidade ambiental. Os projetos desenvolvidos pelo Panã incorporam técnicas de bioconstrução (figura 3), como o uso de materiais locais e de baixo impacto ambiental, além de soluções para gestão de recursos hídricos e energéticos. Fernandes (2022) argumenta que práticas como essas não apenas atendem às necessidades habitacionais, mas também promovem autonomia econômica e conscientização ambiental nas comunidades atendidas.

Figura 1: Levantamento de dados em campo: registrando a realidade construída para o desenvolvimento dos projetos de arquitetura social



Fonte: Coletivo Panã Arquitetura Social, 2020

A metodologia participativa do Panã é outro diferencial importante. Prez-Posadas (2024) defende que a integração de gênero, classe e território nos processos de planejamento é uma ferramenta poderosa para transformar os espaços urbanos. No Panã, essa integração ocorre por meio de diagnósticos participativos (figura 2) que envolvem as comunidades no mapeamento de necessidades e potencialidades, garantindo que as soluções sejam culturalmente adequadas e socialmente inclusivas.

Figura 2: Mapeamento afetivo com grupo de extensão universitário



Fonte: Coletivo Panã Arquitetura Social, 2023

Apesar de seu impacto positivo, o Coletivo Panã enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade financeira. Ribeiro de Souza *et al.* (2023) apontam que a ausência de políticas públicas voltadas para o financiamento de OSCs reflete a desvalorização histórica do trabalho comunitário, frequentemente associado às mulheres. Essa realidade é evidente no Panã, onde as integrantes frequentemente dedicam seu tempo livre às atividades do coletivo, arcam com custos operacionais e conciliam responsabilidades familiares e profissionais.

Além disso, Balbim *et al.* (2023) destacam que a informalidade e a precarização das iniciativas populares limitam a expansão de projetos como os do Panã. A dependência de parcerias institucionais e contribuições voluntárias compromete a continuidade das ações, aumentando a sobrecarga emocional das integrantes. Essa situação evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam remuneração justa para OSCs e promovam a valorização de práticas sustentáveis e participativas.

Outro aspecto relevante da atuação do Panã é a capacitação técnica das comunidades. O coletivo oferece oficinas de formação em construção civil, gestão de projetos e manutenção de infraestruturas habitacionais, capacitando os moradores a se tornarem agentes de transformação em seus territórios. Essas ações fortalecem os laços comunitários e criam oportunidades de geração de renda local, como ressaltado por Fernandes (2022).

Figura 3: Oficina de bioconstrução com a comunidade



Fonte: Coletivo Panã Arquitetura Social, 2023

Além de desenvolver projetos técnicos, o Panã atua como elo entre comunidades e instituições públicas, articulando parcerias e auxiliando na elaboração de demandas coletivas. Em contextos de extrema vulnerabilidade, onde o acesso a recursos é limitado, essa atuação é fundamental para garantir que as comunidades possam participar ativamente dos processos decisórios.

O impacto das ações do Panã pode ser observado em projetos como a criação de hortas urbanas, reformas de habitações precárias e construção de espaços comunitários multifuncionais. Esses projetos não apenas melhoram as condições de vida das comunidades atendidas, mas também demonstram o potencial transformador da ATHIS quando integrada a abordagens inclusivas e sustentáveis.

Contudo, sem financiamento adequado, a atuação do Panã enfrenta limitações significativas. Ribeiro de Souza et al. (2023) e Fernandes (2022) enfatizam que iniciativas como essa só podem alcançar maior impacto se forem apoiadas por políticas públicas que promovam a remuneração justa, condições dignas de trabalho e sustentabilidade financeira.

PENSANDO CAMINHOS: URBANISMO FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ATHIS

A consolidação de ATHIS como uma ferramenta efetiva de inclusão social e redução do déficit habitacional exige um compromisso político que vá além da regulamentação básica. É necessário adotar uma perspectiva interseccional, integrando os princípios do urbanismo feminista para criar soluções mais inclusivas, sustentáveis e equitativas. Essa abordagem questiona normas patriarcais que moldam o espaço urbano, propondo alternativas que reconheçam as necessidades específicas de mulheres e outros grupos marginalizados.

Segundo Prez-Posadas (2024), o urbanismo feminista oferece uma lente crítica e transformadora, essencial para enfrentar desigualdades estruturais e promover cidades mais justas. No contexto de ATHIS, isso implica repensar desde a concepção dos projetos habitacionais até os mecanismos de financiamento e governança, integrando as dimensões de gênero, raça e classe.

Um dos exemplos mais relevantes de integração de urbanismo feminista em políticas públicas é o Sistema Distrital de Cuidados de Bogotá, analisado por Zaida Muxí Martínez (2022). Essa iniciativa combina habitação, serviços de cuidado e apoio financeiro a organizações da sociedade civil, oferecendo um modelo replicável para o Brasil. No caso do Coletivo Panã, políticas similares poderiam garantir remuneração justa e apoio técnico, possibilitando a expansão das ações sem comprometer a saúde mental e a sustentabilidade das profissionais envolvidas.

Leslie Kern (2021) argumenta que cidades feministas devem priorizar o cuidado, a equidade e a acessibilidade, reconhecendo o trabalho de cuidado como uma dimensão central da vida urbana. No âmbito de ATHIS, isso implica não apenas financiar OSCs como o Panã, mas também criar programas de capacitação que integrem mulheres à construção civil e ao planejamento habitacional, como já realizado pelo Coletivo Panã (figura 4). Essas políticas devem incluir mecanismos para assegurar a proximidade entre moradia e serviços urbanos essenciais, garantindo que as soluções sejam culturalmente adequadas e inclusivas.

Figura 4: Capacitação Técnico-Social para construção civil



Fonte: Coletivo Panã Arquitetura Social, 2023

Golovanevsky *et al.* (2024) destacam que a criação de políticas públicas específicas para valorizar o trabalho comunitário é indispensável para a sustentabilidade das ações em territórios vulneráveis. Isso requer linhas de financiamento estáveis e programas de apoio que integrem ATHIS às estratégias de desenvolvimento urbano. Modelos de financiamento público-privado podem ser explorados para assegurar recursos sem comprometer a autonomia das OSCs.

Outro aspecto fundamental é a participação ativa das mulheres em todas as etapas dos projetos habitacionais, desde o diagnóstico até a execução e avaliação. Roitman *et al.* (2023) mostram que iniciativas lideradas por mulheres em comunidades da Argentina e do Chile têm promovido mudanças significativas na gestão urbana, ao integrar princípios de autogestão e justiça social. Essas experiências demonstram que a inclusão feminina é essencial para ampliar o impacto das ações de ATHIS e fortalecer as redes comunitárias.

Além disso, é necessário reavaliar a relação entre espaço público e privado, como propõe Kern (2021, p. 45-46). Essa reavaliação deve incluir a valorização das atividades de cuidado e a promoção da equidade na distribuição de responsabilidades. No contexto de ATHIS, isso significa criar políticas que fortaleçam redes de apoio entre profissionais e comunidades, promovendo trocas de experiências e articulações políticas para enfrentar desafios como o machismo e a sobrecarga emocional.

Por fim, Ribeiro de Souza *et al.* (2023, p. 43-44) argumentam que o financiamento estável e a remuneração justa são condições indispensáveis para a sustentabilidade das ações de ATHIS. Isso inclui a criação de linhas de financiamento específicas para OSCs, que incorporem critérios de sustentabilidade e inclusão social, possibilitando que organizações como o Panã expandam suas iniciativas sem depender exclusivamente do voluntariado.

CONCLUSÕES

A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) é uma ferramenta essencial para promover inclusão social, reduzir o déficit habitacional e garantir o direito à cidade no Brasil. Contudo, sua efetividade depende de uma transformação estrutural que vá além da regulamentação e enfrente as barreiras que limitam sua implementação. Este artigo demonstrou como os desafios enfrentados por organizações como o Coletivo Panã Arquitetura Social refletem a necessidade de integrar princípios do urbanismo feminista e da economia do cuidado nas políticas públicas voltadas para ATHIS.

A atuação do Coletivo Panã ilustra como a metodologia participativa, a bioconstrução e a mobilização comunitária podem transformar territórios vulneráveis. No entanto, a precarização das OSCs, agravada pela falta de financiamento estável e remuneração justa, compromete a sustentabilidade dessas iniciativas. Esses desafios são amplificados pelas desigualdades de gênero, que se manifestam tanto no setor técnico quanto nas comunidades atendidas, resultando em sobrecarga emocional, invisibilidade e discriminação.

O urbanismo feminista, como discutido por Kern (2021), Prez-Posadas (2024) e Muxí Martínez (2022), oferece uma abordagem crítica e prática para enfrentar essas desigualdades. Sua integração em ATHIS exige políticas públicas que reconheçam o trabalho das OSCs como indispensável para o desenvolvimento urbano. Isso inclui a criação de linhas de financiamento específicas, programas de capacitação técnica para mulheres e a promoção de redes de apoio que mitiguem os impactos do machismo e fortaleçam a atuação feminina.

Exemplos como o Sistema Distrital de Cuidados de Bogotá demonstram que é possível combinar habitação e serviços de cuidado em modelos integrados, garantindo maior equidade e autonomia para as comunidades atendidas. No Brasil, replicar iniciativas como essa pode potencializar o impacto de ATHIS e promover cidades mais justas e inclusivas.

Conclui-se que a valorização financeira e social do trabalho em ATHIS é imprescindível para superar barreiras estruturais e ampliar o alcance dessas ações. A integração dos princípios do urbanismo feminista nas políticas habitacionais é uma oportunidade para transformar o planejamento urbano, colocando as necessidades das mulheres e de outros grupos marginalizados no centro das decisões. Somente com um compromisso político robusto será possível garantir a sustentabilidade de iniciativas como o Coletivo Panã, consolidando ATHIS como um pilar para a justiça social e ambiental no Brasil.

REFERÊNCIAS

BALBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine. **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12513> . Acesso em: 27 nov. 2024.

FERNANDES, C. M. Precisamos falar sobre a economia do cuidado nas metrópoles brasileiras. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/07/precisamos-falar-sobre-a-economia-do-cuidado-nas-metropoles-brasileiras#:~:text=Em%202021%2C%20j%C3%A1%20levando%20em,caiu%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202019>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FREITAS, Maria de Lourdes. **Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio**. São Paulo: FAUUSP, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1030> . Acesso em: 27 nov. 2024.

FUCK, E. O.; HARDT, L. P. A.; HARDT, C. Urbanismo feminista: Da reclusão no lar ao direito à cidade. **XIV Seminário Internacional de Investigação Urbana (SIU)**, 2023. Lisboa/Recife. Disponível em: <https://doi.org/10.5821/siiu.12565>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GOLOVANEVSKY, L.; et al. Género, trabajo y cuidados en la economía popular. **Revista de Estudos Sociais e Econômicos**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/27969851e053>. Acesso em: 22 nov. 2024.

KERN, Leslie. **Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4521557&forceview=1>. Acesso em: 22 nov. 2024.

LARRECHE, Marta; COBO, Cristina. **Urbanismo de implicación feminista: El derecho al territorio**. Barcelona: Ediciones Feministas, 2021. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/88764> . Acesso em: 27 nov. 2024.

LEGARRETA-IZA, M.; et al. Sesgos androcéntricos y herramientas feministas para la transformación social en iniciativas comunitarias de cuidado. **Revista de Estudios Cooperativos (REVESCO)**, 2024. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5209/REVE.99022> . Acesso em: 20 nov. 2024.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. **Antología de pensamientos feministas para arquitectura**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2022. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/363557>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PREZ-POSADAS, Claudia. **El urbanismo feminista como herramienta para el desarrollo**. Buenos Aires: Revista Hábitat, 2024. Disponível em: <http://ru.iiec.unam.mx/6295/> . Acesso em: 27 nov. 2024.

ROITMAN, A.; et al. Urbanismo feminista y proyecto urbano popular: Tres casos comparados en Argentina y Chile. **XIV Seminário Internacional de Investigação Urbana (SIIU)**, 2023. Lisboa. Disponível em: <https://doi.org/10.5821/siiu.12771>. Acesso em: 27 nov. 2024.